



Campo Limpo Paulista



CARGO: CONTADOR

Esta prova contém 50 (cinquenta) questões objetivas na forma de teste de múltipla escolha, com 5 (cinco) alternativas cada, sendo que existe apenas uma alternativa correta para cada questão.

Utilize somente caneta esferográfica azul ou preta de ponta grossa, não porosa, para preencher sua folha de respostas. O campo da alternativa escolhida deverá ser preenchido por inteiro, conforme instrução constante na folha de respostas.

A prova terá duração de 03 (três) horas. Os candidatos poderão se retirar da sala quando transcorridos 30 (trinta) minutos de prova.

Ao término da prova, o caderno de questões e a folha de respostas deverão ser entregues ao fiscal da sala.

Não se esqueça de assinar a lista de presença.



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LIMPO PAULISTA
Prova de Contador



CAMPO LIMPO PAULISTA
Rascunho do Gabarito
Prova de CONTADOR

Nº	A	B	C	D	E		Nº	A	B	C	D	E
1							26					
2							27					
3							28					
4							29					
5							30					
6							31					
7							32					
8							33					
9							34					
10							35					
11							36					
12							37					
13							38					
14							39					
15							40					
16							41					
17							42					
18							43					
19							44					
20							45					
21							46					
22							47					
23							48					
24							49					
25							50					



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LIMPO PAULISTA

Prova de Contador

1) Com base em seus atributos de conversibilidade e exigibilidade, conforme disposto na Lei nº 6.404/1976 e suas atualizações, bem como a NBCT 16.6 – Demonstrações Contábeis e Lei 4.320/1964, Ativos e Passivos devem ser classificados como Circulante e Não Circulante. Para caracterização de um **Ativo Circulante** é necessário satisfazer aos seguintes critérios:

- a) Não estiverem disponíveis para realização imediata ou tiverem a expectativa de realização até a data das demonstrações contábeis.
- b) Tratar-se de bens cuja alienação dependa de autorização legislativa ou tiverem a expectativa de realização até vinte e quatro meses após a data das demonstrações contábeis.
- c) Estiverem disponíveis para realização imediata ou tiverem a expectativa de realização até doze meses após a data das demonstrações contábeis.
- d) Estiverem disponíveis para realização imediata ou tiverem a expectativa de realização até a data das demonstrações contábeis.
- e) Tratar-se de bens cuja alienação dependa de autorização legislativa ou tiverem a expectativa de realização até doze meses após a data das demonstrações contábeis.

2) Este princípio refere-se ao processo de mensuração e apresentação dos componentes patrimoniais para produzir informações íntegras e tempestivas (Resolução CFC n.º 750/1993). Para o setor público, tal princípio é base indispensável à integridade e à fidedignidade dos registros contábeis dos atos e dos fatos que afetam ou possam afetar o patrimônio da entidade pública, observadas as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público. A integridade e a fidedignidade dizem respeito à necessidade de as variações serem reconhecidas na sua totalidade, independentemente do cumprimento das formalidades legais para sua ocorrência, visando ao completo atendimento da essência sobre a forma (Apêndice II à Resolução CFC n.º 750/1993). O texto acima trata do seguinte Princípio da Contabilidade:

- a) Princípio da Continuidade.
- b) Princípio do Registro Pelo Valor Original.
- c) Princípio da Prudência.
- d) Princípio da Oportunidade.
- e) Princípio da Competência.

3) Quanto a mensuração de ativos e passivos, para o reconhecimento de ajustes decorrentes de omissões e erros de registros ocorridos em anos anteriores ou de mudanças de critérios contábeis deve-se:

- a) Realizar uma anulação de receita do exercício atual.
- b) Realizar o ajuste à conta do patrimônio líquido e evidenciá-lo em notas explicativas.
- c) Realizar o cancelamento de restos a pagar processados.
- d) Realizar contenção de despesas do exercício atual e evidenciar o fato em notas explicativas do Balanço Orçamentário.
- e) Realizar o ajuste à conta do ativo ou do passivo, de acordo com a natureza do mesmo, e evidenciá-lo em notas explicativas.

4) Considere os elementos patrimoniais apresentados a seguir:

- Reserva para Contingências.
- Mobiliário utilizado nos departamentos administrativos da empresa.
- Adiantamento de clientes, com entrega das mercadorias para 45 dias.
- Investimentos permanentes em empresas coligadas.

Tais itens são classificados no Balanço Patrimonial, respectivamente, como:

- a) patrimônio líquido, imobilizado, ativo circulante e investimentos.
- b) patrimônio líquido, imobilizado, passivo circulante e investimentos.
- c) passivo não circulante, imobilizado, passivo circulante, investimentos.
- d) passivo circulante, investimentos, ativo circulante e ativo realizável a longo prazo.
- e) patrimônio líquido, investimentos, passivo e ativo realizável a longo prazo.



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LIMPO PAULISTA

Prova de Contador

5) Em consonância com o art. 21 da Lei n.º 8.666/1993, os avisos contendo os resumos dos editais das concorrências, das tomadas de preços, dos concursos e dos leilões, embora realizados no local da repartição interessada, deverão ser publicados com antecedência, no mínimo, por uma vez no Diário Oficial da União, Diário Oficial do Estado ou jornal diário de grande circulação, conforme o caso. Para a modalidade Tomada de Preços, quando a licitação for do tipo "melhor técnica" ou "técnica e preço", o prazo mínimo para tal publicação até o recebimento das propostas ou da realização do evento será de:

- a) Quarenta e cinco dias.
- b) Quarenta dias úteis.
- c) Trinta dias.
- d) Quinze dias.
- e) Cinco dias úteis.

6) No caso de devolução de saldos de convênios, contratos e congêneres, quando a restituição for feita em exercício em que não houve transferência do respectivo convênio/contrato deve-se adotar o seguinte procedimento:

- a) Deve-se contabilizar como dedução de receita até o limite de valor das transferências recebidas de outros convênios no exercício.
- b) Deve-se contabilizar como RP (restos a pagar) do exercício anterior.
- c) Deve-se contabilizar como dedução de qualquer receita corrente, desde que a mesma apresente saldo suficiente.
- d) Deve-se contabilizar como dedução de receita de capital.
- e) Deve ser contabilizada como despesa orçamentária.

7) Diante da necessidade de adquirir certo equipamento, a Prefeitura de Belo Rio constatou que o mesmo só pode ser fornecido por empresa exclusiva. Sabe-se que a comprovação da exclusividade se deu através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local e, considerando, ainda, a regra constitucional quanto à obrigatoriedade de realização de procedimento licitatório, assinale a alternativa correta:

- a) Devido a inviabilidade da competição trata-se de caso de inexigibilidade de licitação.
- b) Diante da inexistência de concorrentes a administração fica impossibilitada de adquirir o bem.
- c) Deverá ser realizada uma licitação da modalidade convite.
- d) Uma vez impossibilitada de realizar o procedimento licitatório, devido à exclusividade demonstrada, a legislação vigente permite a contratação direta por meio da dispensa de licitação.
- e) Deverá ser realizada uma licitação da modalidade concorrência, mas estará dispensada dos prazos e obrigatoriedade de publicidade.

8) Com relação ao envio de dados à AUDESP - Auditoria Eletrônica de Órgãos Públicos é correto afirmar que:

- a) A remessa de dados contábeis ao TCESP se dará através de balancete anual de forma isolada, consolidada e/ou conjunta.
- b) Balancete Consolidado: trazem, numa só peça, a informação contábil de todos os órgãos do município, discriminados pelo desdobramento final das contas contábeis e detalhadas as informações por contas correntes (demonstrativo analítico).
- c) Na hipótese de remessa de balancete isolado a Prefeitura remeterá dois balancetes: o dela isoladamente e o consolidado do Município.
- d) Balancete Isolado: traz a informação de todos os órgãos do município; as informações são detalhadas de maneira isolada, com a identificação do órgão no desdobramento final das contas contábeis e por contas-correntes para os fatos contábeis (demonstrativo analítico);
- e) Uma vez que os demais órgãos do município já tenham encaminhado seus respectivos dados, a Prefeitura remeterá apenas um balancete: o dela isoladamente.



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LIMPO PAULISTA

Prova de Contador

- 9) O orçamento anual pode ser alterado por meio de créditos adicionais. Por crédito adicional, entendem-se as autorizações de despesas não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei Orçamentária. Conforme o art. 41 da Lei nº 4.320/1964, os créditos adicionais são classificados em:
- Suplementares, Especiais e Extraordinários.
 - Suplementares, Extraorçamentários e Extraordinários.
 - Extraorçamentários, Especiais e Extraordinários.
 - Urgentes, Suplementares e Especiais.
 - Especiais, Urgentes e Extraordinários.
- 10) Ao se tratar da Lei Complementar 131 de 27 de maio de 2009, está incorreto afirmar que:
- Estabelece que a transparência será assegurada também mediante o incentivo à participação popular e realização de audiências públicas.
 - Estabelece que a transparência será assegurada também mediante liberação ao conhecimento e acompanhamento exclusivo de partidos políticos e sindicatos, em período mensal, de informações gerais sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos.
 - Tem a finalidade de determinar a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios
 - Estabelece que a transparência será assegurada também mediante adoção de sistema integrado de administração financeira e controle.
 - Acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.
- 11) Conforme as NBCASP, o sistema contábil público estrutura-se nos seguintes subsistemas, exceto:
- Subsistema de Informações Patrimoniais.
 - Subsistema de Custos.
 - Subsistema de Tesouraria.
 - Subsistema de Informações Orçamentárias.
 - Subsistema de Compensação.
- 12) Um dos estágios da despesa é o empenho, que consiste em:
- Reservar a dotação orçamentária.
 - Verificação, entre os vários fornecedores habilitados, quem oferece condições mais vantajosas.
 - Verificação do direito adquirido pelo credor, tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.
 - Ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição.
 - Efetuar o pagamento.
- 13) São tributos incidentes sobre um fato gerador e que são aplicados em contrapartida a esse fato gerador, ou seja, é a contrapartida que o contribuinte paga em razão de um serviço público que lhe é prestado ou posto à sua disposição. Além da contrapartida de um serviço público prestado ou posto à disposição, esses tributos também estão relacionados ao poder de polícia da administração, englobando fiscalizações e licenciamentos em geral.
- Impostos.
 - Contribuições de Melhorias.
 - Contribuições Especiais.
 - Empréstimo compulsório.
 - Taxas.



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LIMPO PAULISTA

Prova de Contador

14) Conforme o inciso III, art. 106 da Lei 4.320/1964, o método para mensuração e avaliação dos bens de almoxarifado é:

- a) Preço Específico.
- b) Primeiro que Entra, Primeiro que Sai – PEPS.
- c) Último que Entra, Primeiro que Sai – UEPS.
- d) Preço Médio Ponderado das Compras.
- e) Primeiro que Entra, Primeiro que Sai – PEPS, caso seja um órgão da administração direta e Último que Entra, Primeiro que Sai – UEPS, quando se tratar de órgão da administração indireta.

15) O capítulo III, em seus art. 81 e art. 82 da Lei 4.320/1964, trata sobre o Controle Externo e institui que: O controle da execução orçamentária terá por objetivo verificar a probidade da administração, a guarda e legal emprego dos dinheiros públicos e o cumprimento da Lei de Orçamento. Tal controle deverá ser realizado:

- a) Pelo Poder Legislativo, com Parecer prévio do Tribunal de Contas ou órgão equivalente.
- b) Pelo Poder Legislativo, com Parecer prévio do Ministério Público ou órgão equivalente.
- c) Pelo Poder Judiciário, com Parecer prévio do Tribunal de Contas ou órgão equivalente.
- d) Pelo Poder Executivo, com Parecer prévio do Poder Legislativo.
- e) Pelo Poder Judiciário, com Parecer prévio do Poder Legislativo.

16) Este instrumento de planejamento estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada. Esta peça a que se refere o art. 165 da Constituição é:

- a) LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- b) LOA - Lei Orçamentária Anual.
- c) PPA – Plano Plurianual.
- d) LOM – Lei Orgânica do Município.
- e) PGA – Plano Geral e Anual.

17) No exercício das funções de auditoria contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial dos Poderes Públicos estaduais e municipais, o Tribunal de Contas deve realizar as seguintes ações, exceto:

- a) Examinar a escrituração contábil e a documentação a ela correspondente.
- b) Acompanhar as fases da despesa, inclusive verificando a regularidade do empenho, licitação e contrato quando necessário.
- c) Acompanhar a arrecadação da receita, bem como as operações de crédito, a emissão de títulos, além de verificar os depósitos em caução, fiança, ou dos bens dados em garantia.
- d) Verificar a regularidade da publicidade das leis aprovadas no exercício.
- e) Examinar os créditos adicionais, as despesas de exercícios encerrados e os “Restos a Pagar”.

18) As contas serão julgadas regulares com ressalva quando:

- a) Ocorrer omissão no dever de prestar contas.
- b) Ocorrer infração à norma legal ou regulamentar.
- c) Ocorrer desfalque, desvio de bens ou valores públicos.
- d) Quando evidenciarem dano ao erário, decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico.
- e) Quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal, de que não resulte dano ao erário.



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LIMPO PAULISTA

Prova de Contador

19) Os índices de liquidez avaliam a capacidade de pagamento da empresa frente a suas obrigações. O índice que é calculado a partir da Razão entre os direitos a curto prazo da empresa e as dívidas a curto prazo, logo, reflete a capacidade de pagamento da empresa no curto prazo é:

- a) Liquidez Seca.
- b) Liquidez Imediata.
- c) Liquidez Corrente.
- d) Liquidez Geral.
- e) Liquidez Total.

20) É dever do Profissional da Contabilidade:

- a) Aconselhar o cliente ou o empregador contra disposições expressas em lei ou contra os Princípios de Contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade;
- b) Guardar sigilo sobre o que souber em razão do exercício profissional lícito, inclusive no âmbito do serviço público, ressalvados os casos previstos em lei ou quando solicitado por autoridades competentes, entre estas os Conselhos Regionais de Contabilidade;
- c) Assumir, direta ou indiretamente, serviços de qualquer natureza, com prejuízo moral ou desprestígio para a classe;
- d) Auferir qualquer provento em função do exercício profissional que não decorra exclusivamente de sua prática lícita;
- e) Assinar documentos ou peças contábeis elaboradas por outrem, alheio à sua orientação, supervisão e fiscalização.

21) A transgressão de preceito do Código de Ética do Contador constitui infração ética, sancionada, segundo a gravidade, com a aplicação de uma das seguintes penalidades: Advertência Reservada, Censura Reservada ou Censura Pública. Pode ser considerada como atenuante:

- a) Ação cometida que resulte em ato que denigra publicamente a imagem do Profissional da Contabilidade.
- b) Ausência de punição ética anterior.
- c) Nunca ter prestado relevantes serviços à Contabilidade.
- d) Punição ética anterior transitada em julgado.
- e) Ação lesiva apenas a outros contadores.

22) Contabilmente, as obrigações presentes de uma entidade do setor público estão localizadas no:

- a) Ativo circulante.
- b) Ativo não circulante.
- c) Capital social.
- d) Patrimônio líquido.
- e) Passivo.

23) Quando o valor do passivo da entidade pública for maior que o valor do ativo, o resultado é denominado:

- a) Passivo a descoberto.
- b) Ativo a realizar.
- c) Lucro.
- d) Patrimônio líquido a realizar.
- e) Ativo com natureza invertida.



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LIMPO PAULISTA
Prova de Contador

- 24) A lei de diretrizes orçamentárias – LDO orientará a elaboração da lei orçamentária anual e disporá sobre os itens abaixo, exceto:
- Equilíbrio entre receitas e despesas.
 - Critérios e forma de limitação de empenho.
 - Normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos.
 - Metas fiscais do órgão para os próximos cinco anos.
 - Demais condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas.
- 25) A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá atender a alguns requisitos, dentre eles:
- Estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes e atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias.
 - Ter arrecadação de outra receita no mesmo valor e estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência.
 - Atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e constar no plano de governo do atual prefeito.
 - Ter arrecadação de outra receita no mesmo valor e atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias.
 - Constar no plano de governo do atual prefeito e estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes.
- 26) A definição para valor justo, conforme o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público é:
- É o valor do bem definido pela Justiça, isto é, através de um processo judicial.
 - É o valor pelo qual um ativo poderia ser negociado, ou um passivo liquidado em uma transação em que não há favorecidos e em que as partes estejam informadas e dispostas a transacionar.
 - É o valor do bem definido através de um processo não necessariamente definido pela Justiça, podendo ser definido por processo administrativo.
 - É o valor pelo qual um ativo poderia ser negociado uma vez definido seu valor pela Justiça.
 - É um passivo liquidado em uma transação em que não há favorecidos e em que as partes estejam informadas e dispostas a transacionar, uma vez definido seu valor pela Justiça.
- 27) Os institutos da depreciação, amortização ou exaustão têm como característica fundamental a redução do valor do bem, desses os aplicáveis à Administração Pública são:
- Depreciação e amortização.
 - Depreciação e exaustão.
 - Amortização e exaustão.
 - Depreciação, amortização e exaustão.
 - Nenhum deles são aplicáveis à Administração Pública, pois são institutos aplicáveis a empresas.
- 28) Ativo intangível é um ativo não monetário, sem substância física, identificável, controlado pela entidade e gerador de benefícios econômicos futuros ou serviços potenciais; qual item abaixo é ativo intangível:
- Reconhecimento e mensuração do direito de exploração e avaliação de ativos.
 - Ativos fiscais diferidos.
 - Ativos financeiros.
 - Gastos com o desenvolvimento e a extração de recursos minerais e outros recursos não-renováveis similares.
 - Compra de licença de uso de “software” da empresa Microsoft.



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LIMPO PAULISTA

Prova de Contador

- 29) A estimativa da vida útil econômica do item do ativo é definida conforme alguns fatores:
- Desgaste físico, pelo uso, geração de benefícios futuros e obsolescência tecnológica.
 - Desgaste físico, pelo uso, geração de benefícios futuros, obsolescência tecnológica e limites legais e contratuais sobre o uso ou a exploração do ativo.
 - Desgaste físico, pelo uso, obsolescência tecnológica e limites legais e contratuais sobre o uso ou a exploração do ativo.
 - Desgaste físico, pelo uso ou não, geração de benefícios futuros (dos imóveis adquiridos por Inversão Financeira), obsolescência tecnológica e limites legais e contratuais sobre o uso ou a exploração do ativo.
 - Desgaste físico, pelo uso ou não, geração de benefícios futuros, obsolescência tecnológica e limites legais e contratuais sobre o uso ou a exploração do ativo.
- 30) A experiência demonstra que alguns bens adquiridos pela Administração pública geram dúvidas quanto à correta classificação, podemos citar como exemplo de bem patrimonial:
- Peças de vidro utilizado em laboratório de química.
 - Vaca leiteira.
 - Placa de memória utilizada para substituir outra de determinado computador.
 - Motor de uso contínuo, com durabilidade prevista de 20 meses.
 - Garrafa térmica.
- 31) Provisões são obrigações existentes da entidade provenientes de eventos passados, e que se espera que resulte em uma saída de fluxo de recursos relacionados a benefícios econômicos ou potencial de serviços, com característica de terem algum grau de incerteza quanto ao valor e data prevista de pagamento. Uma provisão só deve ser reconhecida se atender, cumulativamente, aos seguintes requisitos:
- A entidade tem obrigação (legal ou não formalizada) no presente como resultado de um evento passado. É provável a saída de recursos para liquidar a obrigação.
 - A entidade tem obrigação (legal ou não formalizada) no presente como resultado de um evento passado. Pode ser feita estimativa confiável do montante da obrigação
 - A entidade tem obrigação não formalizada no presente como resultado de um evento passado. É provável a saída de recursos para liquidar a obrigação. Pode ser feita estimativa confiável do montante da obrigação.
 - A entidade tem obrigação (legal ou não formalizada) no presente como consequência de um evento passado. É provável a saída de recursos para liquidar a obrigação. Pode ser feita estimativa confiável do montante da obrigação.
 - A entidade tem obrigação legal no presente como resultado de um evento passado. É provável a saída de recursos para liquidar a obrigação. Pode ser feita estimativa confiável do montante da obrigação.
- 32) Qual afirmação abaixo está correta:
- A Dívida Ativa representa as obrigações do ente público para com os terceiros.
 - A Dívida Ativa representa as obrigações do ente público para com os terceiros, com vencimentos atrasados a mais de um ano.
 - A Dívida Ativa representa as obrigações do ente público para com os terceiros e devidamente ajuizados.
 - A Dívida Ativa representa as obrigações do ente público para com os terceiros e constantes no Precatório.
 - A Dívida Ativa não representa as obrigações do ente público para com os terceiros.
- 33) Os valores inscritos na Dívida Ativa são objetos de:
- Atualização monetária e juros.
 - Atualização monetária e multa.
 - Cancelamentos dos valores após dois anos de não manifestação por parte da Administração Pública.
 - De negociação conforme conveniência da Administração Pública.
 - Atualização monetária, juros e multa.



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LIMPO PAULISTA

Prova de Contador

34) Qual afirmação se enquadra melhor para Precatório:

- a) São valores ajuizados da Dívida Ativa.
- b) São valores ajuizados da Dívida Ativa com ordem judicial para cobrança.
- c) Correspondem a ordens judiciais contra o ente público determinando o pagamento de importância por parte da fazenda pública.
- d) Correspondem a ordens judiciais contra o ente público, referente a Dívida Ativa, determinando o pagamento de importância por parte da fazenda pública.
- e) São valores de deverão ser provisionados no exercício seguinte a entrega do mesmo e deverão ser lançados contabilmente na Dívida Ativa.

35) As Contas contábeis, conforme o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, são agrupadas segundo suas funções, possibilitando:

- a) Identificar, classificar e efetuar a escrituração contábil, pelo método das partidas dobradas, dos atos de gestão mesmo de maneira disforme.
- b) Determinar os custos das operações do governo.
- c) Elaborar os Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial, não sendo contempladas a Demonstração das Variações Patrimoniais e o Resultado Econômico.
- d) Identificar os devedores sem entretanto individualiza-los.
- e) Identificar os credores e os devedores individualizando-os, mantendo a informação referente aos devedores restrita a administração pública.

36) O Plano de Contas Aplicado ao Setor Público está dividido nas seguintes classes:

- a) 1 – Ativo;
2 – Passivo e Patrimônio Líquido;
3 – Variações Patrimoniais Diminutivas;
4 – Variações Patrimoniais Aumentativas;
5 – Controle Devedores; e
6 – Controle Credores.
- b) 1 – Ativo;
2 – Passivo e Patrimônio Líquido;
3 – Variações Patrimoniais Diminutivas;
4 – Variações Patrimoniais Aumentativas;
5 – Controles da Aprovação do Planejamento e Orçamento;
6 – Controles da Execução do Planejamento e Orçamento;
7 – Controle Devedores e
8 – Controle Credores.
- c) 1 – Ativo;
2 – Passivo e Patrimônio Líquido;
3 – Variações Patrimoniais Diminutivas;
4 – Variações Patrimoniais Aumentativas;
5 – Controles da Aprovação do Planejamento e Orçamento e
6 – Controles da Execução do Planejamento e Orçamento.
- d) 1 – Ativo;
2 – Passivo e Patrimônio Líquido;
3 – Variações Patrimoniais Diminutivas;
4 – Variações Patrimoniais Aumentativas;
5 – Controle Devedores;
6 – Controle Credores;
7 – Demonstração do Resultado do Exercício e
8 – Demonstração do Patrimônio Líquido
- e) 1 – Ativo;
2 – Passivo e Patrimônio Líquido;
3 – Variações Patrimoniais Diminutivas;
4 – Variações Patrimoniais Aumentativas;
5 – Receitas;
6 – Despesas;
7 – Demonstração do Resultado do Exercício e
8 – Demonstração do Patrimônio Líquido



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LIMPO PAULISTA

Prova de Contador

- 37) A Variação Patrimonial Aumentativa, compreende as contas referentes a:
- a) Impostos, transferências concedidas e Valorização e ganhos com ativos.
 - b) Pessoal e encargos, contribuições e transferências recebidas.
 - c) Impostos, taxas e contribuições de melhoria.
 - d) Impostos e execução da dívida ativa.
 - e) Pessoal e encargos e uso do bens, serviços e consumo de capital fixo.
- 38) Os lançamentos contábeis só podem ser realizados utilizando contas de uma mesma natureza de informação, conforme detalhamento a seguir:
- a) Lançamentos de natureza patrimonial (entre as classes 1 a 4);
Lançamentos de natureza de controle (entre as classes 5 e 6).
 - b) Lançamentos de natureza patrimonial (entre as classes 1 a 4);
Lançamentos de natureza de orçamentária (entre as classes 5 e 6).
Lançamentos de natureza de controle (entre as classes 7 e 8).
 - c) Lançamentos de natureza patrimonial (entre as classes 1 a 4);
Lançamentos de natureza de orçamentária (entre as classes 5 e 6).
 - d) Lançamentos de natureza patrimonial (entre as classes 1 a 4);
Lançamentos de natureza de controle (entre as classes 5 e 6).
Lançamentos de natureza de resultado (entre as classes 7 e 8)
 - e) Lançamentos de natureza patrimonial (entre as classes 1 a 4);
Lançamentos de natureza de resultado (entre as classes 5 e 8).
- 39) O valor oriundo de um empréstimo para a construção de uma barragem, feito por um Serviço Autônomo de Água e Esgoto, na Caixa Econômica Federal, deve ser lançado como:
- a) Receitas Imobiliárias.
 - b) Transferências Intergovernamentais.
 - c) Transferências de Outras Instituições Públicas
 - d) Receita de Dívida Ativa de Outro Ente Governamental
 - e) Operações de Crédito Interna.
- 40) Para levantamento do Balanço Orçamentário, são necessários os seguintes valores:
- a) Previsão Inicial, Previsão Atualizada, Receitas Realizadas, Dotação Inicial, Dotação Atualizada e Despesa Empenhada.
 - b) Previsão Inicial, Previsão Atualizada, Receitas Realizadas, Dotação Inicial, Dotação Atualizada e Despesa Liquidada.
 - c) Previsão Inicial, Previsão Atualizada, Receitas Realizadas, Dotação Inicial, Dotação Atualizada e Despesas Pagas.
 - d) Previsão Inicial, Previsão Atualizada, Receitas Realizadas, Dotação Inicial, Dotação Atualizada, Despesa Empenhada e Despesas Liquidadas.
 - e) Previsão Inicial, Previsão Atualizada, Receitas Realizadas, Dotação Inicial, Dotação Atualizada, Despesa Liquidada e Restos a Pagar.



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LIMPO PAULISTA

Prova de Contador

41 – O Balanço Financeiro evidencia a movimentação financeira das entidades do setor público no período a que se refere, e discrimina:

- a) Receita orçamentária realizada;
Despesa orçamentária executada;
Recebimentos e pagamentos extraorçamentários;
Transferências financeiras decorrentes, ou não, da execução orçamentária;
Saldo inicial e o saldo em espécie.
- b) Receita orçamentária;
Despesa orçamentária;
Receita de Capital;
Despesa de Capital;
Transferências financeiras decorrentes da execução orçamentária;
Saldo inicial em contas bancárias, com os valores em conta corrente ou com valores aplicados.
- c) Receita orçamentária prevista;
Despesa orçamentária prevista;
Recebimentos e pagamentos extraorçamentários;
Transferências financeiras decorrentes, ou não, da execução orçamentária;
Saldo inicial e o saldo em espécie.
- d) Receita orçamentária realizada;
Despesa orçamentária executada;
Receita de Capital;
Despesa de Capital;
Recebimentos e pagamentos extraorçamentários;
Transferências financeiras decorrentes, ou não, da execução orçamentária;
Saldo inicial e o saldo em espécie;
Saldo dos contratos não pagos.
- e) Receita orçamentária realizada por destinação de recursos (destinação vinculada e/ou destinação ordinária);
Despesa orçamentária executada por destinação de recursos (destinação vinculada e/ou destinação ordinária);
Recebimentos e pagamentos extraorçamentários;
Transferências financeiras decorrentes, ou não, da execução orçamentária;
Saldo inicial e o saldo em espécie.



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LIMPO PAULISTA

Prova de Contador

42 – Um funcionário público, compra um bem para uso na administração, por exemplo uma máquina de calcular, e paga com seu dinheiro o valor do bem, no caso R\$ 200,00; apresenta a nota fiscal á contabilidade para tomar providencias no sentido de restituir o valor pago por ele, já considerando a existência de dotação para o empenhamento.

- a) A contabilidade não poderá tomar providência nenhuma pois como diz o Artigo 60 da Lei 4.320: É vedada a realização de despesa sem prévio empenho.
- b) A contabilidade, ciente da vedação conforme o Art. 60 da Lei 4.320; sugere a esse funcionário que peça ao fornecedor que troque a nota fiscal por uma nota fiscal, com data igual ou posterior ao empenho a ser feito para sanar a ilegalidade.
- c) A contabilidade, ciente da vedação conforme o Art. 60 da Lei 4.320; faz o empenho em desacordo da Lei (podendo evidenciar na descrição do empenho, o fato ocorrido), pois respeitará o conceito da contabilidade, ou seja, a contabilidade é a ciência social que visa ao registro e ao controle dos atos e fatos econômicos, financeiros e administrativos das entidades.
- d) A contabilidade fará o empenho pois a despesa só ocorrerá após a restituição do valor ao funcionário, não ferindo o Art. 60 da Lei 4.320.
- e) Por ser a aquisição de um bem patrimoniável, a contabilidade orientará o funcionário entregar a nota fiscal no setor responsável pelo patrimônio para que, esse setor tome as providencias necessárias no sentido de uma vez lançada a nota fiscal, encaminhe para empenhamento com a autorização do ordenador de despesa e posterior restituição.

43) No Balanço Patrimonial (Aplicado ao Setor Público) estão evidenciadas as seguintes contas:

- a) Ativo, Passivo, Patrimônio Líquido e Contas de Compensação.
- b) Ativo, Passivo, Variações Patrimoniais Diminutivas e Variações Patrimoniais Aumentativas.
- c) Ativo, Passivo, Controle Devedores e Controle Credores.
- d) Ativo, Passivo, Patrimônio Líquido, Contas de Compensação, Variações Patrimoniais Diminutivas e Variações Patrimoniais Aumentativas.
- e) Ativo, Passivo, Variações Patrimoniais Diminutivas , Variações Patrimoniais Aumentativas, Controle Devedores e Controle Credores.

44) As Contas de Compensação são:

- a) Correspondem a diferença entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro.
- b) Correspondem as dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate.
- c) Compreendem as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valores atribuídos a elementos do ativo e do passivo em decorrência da sua avaliação ao valor justo.
- d) Compreendem ao saldo dos exercícios anteriores que poderão ser utilizados para compensar eventual déficit no exercício referente ao Balanço Patrimonial.
- e) São contas dos atos que possam vir a afetar o patrimônio, relacionadas às situações não compreendidas no patrimônio, mas que, direta ou indiretamente, possam vir a afetá-lo.



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LIMPO PAULISTA

Prova de Contador

45) Os Estágios da Despesas são:

- a) 1 - Fixação da Despesa;
2 - Descentralização dos créditos orçamentários;
3 - Programação Orçamentária e Financeira;
4 - Processo Licitatório;
5 - Empenho;
6 - Contrato;
7 - Entrega de bens e/ou serviços;
8 - Liquidação;
9 - Retenção e
10 - Pagamento e Recolhimento.
- b) 1 - Fixação da Despesa;
2 - Programação Orçamentária e Financeira;
3 - Processo Licitatório;
4 - Empenho;
5 - Contrato;
6 - Entrega de bens e/ou serviços;
7 - Liquidação;
8 - Retenção
9 - Pagamento e Recolhimento e
10 – Encaminhamento da nota fiscal ao almoxarifado.
- c) 1 - Fixação da Despesa;
2 - Programação Orçamentária e Financeira;
3 - Processo Licitatório;
4 - Empenho;
5 - Contrato;
6 - Entrega de bens e/ou serviços;
7 - Liquidação;
8 - Encaminhamento da nota fiscal ao almoxarifado;
9 - Retenção e
10 - Pagamento e Recolhimento
- d) 1 - Fixação da Despesa;
2 - Descentralização dos créditos orçamentários;
3 - Programação Orçamentária e Financeira;
4 - Processo Licitatório;
5 - Contrato;
6 - Empenho;
7 - Liquidação;
8 - Entrega de bens e/ou serviços;
9 - Retenção e
10 - Pagamento e Recolhimento.
- e) 1 - Fixação da Despesa;
2 - Fixação da Receita;
3 - Programação Orçamentária e Financeira;
4 - Processo Licitatório;
5 - Contrato;
6 - Empenho;
7 - Liquidação;
8 - Entrega de bens e/ou serviços;
9 - Retenção e
10 - Pagamento e Recolhimento.

46 –A Escola Profissional Feliz resolveu comprar um iate para o uso dos alunos em atividades pedagógicas do curso profissionalizante de turismo. A contabilidade ficou na dúvida ao fazer a classificação. Quais delas é a correta?

01.12.363.0071.1009.4.4.90.52.20

01.12.363.0071.1009.3.3.90.52.20

Que refere-se a:

Alternativas na próxima página (pág 15)



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LIMPO PAULISTA

Prova de Contador

- a) 01 - Unidade Executora: Escola Profissional Feliz;
12 – Função: educação;
363 – Subfunção: ensino profissional;
0071 - Código do Programa: manutenção da unidade orçamentária;
1009 - Código do Projeto/Atividade: projeto – compra de iate;
4 - Categoria econômica: despesas de capital;
4 – Natureza da despesa: investimento;
90 – Modalidade de aplicação: aplicação direta;
52 – Elemento de Despesa: equipamento e material permanente e
20 – Subelemento de despesa: embarcações.
- b) 01 - Unidade Executora: Escola Profissional Feliz;
12 – Função: educação;
363 – Subfunção: ensino profissional;
0071 - Código do Programa: manutenção da unidade orçamentária;
1009 - Código do Projeto/Atividade: projeto – compra de iate;
3 - Categoria econômica: despesas correntes;
3 – Natureza da despesa: despesas de custeio;
90 – Modalidade de aplicação: aplicação direta;
52 – Elemento de Despesa: equipamento e material permanente e
20 – Subelemento de despesa: embarcações.
- c) 01 - Unidade Executora: Escola Profissional Feliz;
12 – Função: educação;
363 – Subfunção: ensino profissional;
0071 - Código do Programa: manutenção da unidade orçamentária;
1009 - Código do Projeto/Atividade: projeto – compra de iate;
4 - Categoria econômica: despesas correntes;
4 – Natureza da despesa: investimento;
90 – Modalidade de aplicação: aplicação direta;
52 – Elemento de Despesa: equipamento e material permanente e
20 – Subelemento de despesa: embarcações.
- d) 01 - Unidade Executora: Escola Profissional Feliz;
12 – Função: educação;
363 – Subfunção: ensino profissional;
0071 - Código do Programa: manutenção da unidade orçamentária;
1009 - Código do Projeto/Atividade: projeto – compra de iate;
4 - Categoria econômica: despesas de capital;
4 – Natureza da despesa: despesas de custeio;
90 – Modalidade de aplicação: aplicação direta;
52 – Elemento de Despesa: equipamento e material permanente e
20 – Subelemento de despesa: embarcações.
- e) 01 - Unidade Executora: Escola Profissional Feliz;
12 – Função: educação;
363 – Subfunção: ensino profissional;
0071 - Código do Programa: manutenção da unidade orçamentária;
1009 - Código do Projeto/Atividade: projeto – compra de iate;
3 - Categoria econômica: despesas de capital;
3 – Natureza da despesa: despesas de custeio;
90 – Modalidade de aplicação: aplicação direta;
52 – Elemento de Despesa: equipamento e material permanente e
20 – Subelemento de despesa: embarcações.



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LIMPO PAULISTA

Prova de Contador

47) Os Restos a Pagar podem ser:

- a) Processados: despesas que ainda dependem da entrega, e, devido ao não cumprimento do prazo de entrega, foi encaminhado ao Judiciário.
- b) Não processados: despesas que ainda dependem da entrega, e, devido ao não cumprimento do prazo de entrega, aguarda decisão do Judiciário.
- c) Processados: quanto trata-se de empenhos liquidados no exercício anterior e ainda não pagos.
- d) Não processados: quando trata-se de empenhos liquidados no exercício anterior, ainda não pagos e encaminhado para a Dívida Ativa.
- e) Processado ou Não Processados: em ambos os casos deverão ser inscrito na Dívida Ativa.

48) Das perguntas abaixo:

1 - É vedada aplicação da receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para financiamento de despesa corrente, salvo se destinado por lei aos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos?

2 - O cancelamento de restos a pagar não processados pode ser registrado como receita?

3 - O cancelamento do crédito orçamentário, parcial ou total, muda a classificação da fonte de recurso?

4 - Uma dotação orçamentária da Secretaria da Saúde contém a especificação da fonte de código 02 (saúde). É possível a realização de empenho, em ações de Saúde dessa Secretaria, com a fonte 01 (tesouro)?

- a) A resposta das perguntas nº 1 e nº 2; é sim.
- b) A resposta das perguntas nº 1 e nº 3; é sim.
- c) A resposta das perguntas nº 1 e nº 4; é sim.
- d) A resposta das perguntas nº 2 e nº 3; é sim.
- e) A resposta das perguntas nº 2 e nº 4; é sim.

49 - A Conciliação Bancária é um procedimento que assegura o gerenciamento financeiro e o cumprimento dos princípios da oportunidade e fidedignidade das informações contábeis, deve ser elaborado com segregação de função, de forma contínua e ininterrupta. Para atendimento a AUDESP, o órgão jurisdicionado deverá encaminhar essas informações com a seguinte periodicidade mínima:

- a) Semestral;
- b) Diária;
- c) Anual;
- d) Trimestral;
- e) Mensal;

50) Os documentos transmitidos por meio do Coletor de Dados são analisados pelo sistema Audesp e o resultado dessas análises é relatado em documentos específicos que ficam disponíveis para consulta. É correto afirmar que:

- a) Esses documentos são meramente ilustrativos e podem ser excluídos pelo usuário, que após essa exclusão deverá entrar em contato com o TCE via seu canal: fale conosco e sanar as divergências;
- b) Devem ser conferidos e controlados pelos responsáveis pela transmissão de dados para o TCESP. Caso o responsável discorde do teor do documento não será necessário confirmar a leitura do mesmo;
- c) Devem ser conferidos e controlados pelos responsáveis pela transmissão de dados para o TCESP. O sistema impede a transmissão de novas informações enquanto o usuário responsável não confirmar a leitura de cada documento;
- d) Devem ser conferidos e controlados pelos responsáveis pela transmissão de dados para o TCESP. O sistema não impede a transmissão de novas informações caso o usuário responsável não confirme a leitura de cada documento, mas continua emitindo avisos;
- e) A emissão destes documentos significa que as contas do órgão foram rejeitadas devido a inconsistências verificadas pelo sistema Audesp, devendo o ordenador de despesas dirigir-se a regional do TCE-SP a qual é jurisdicionado.